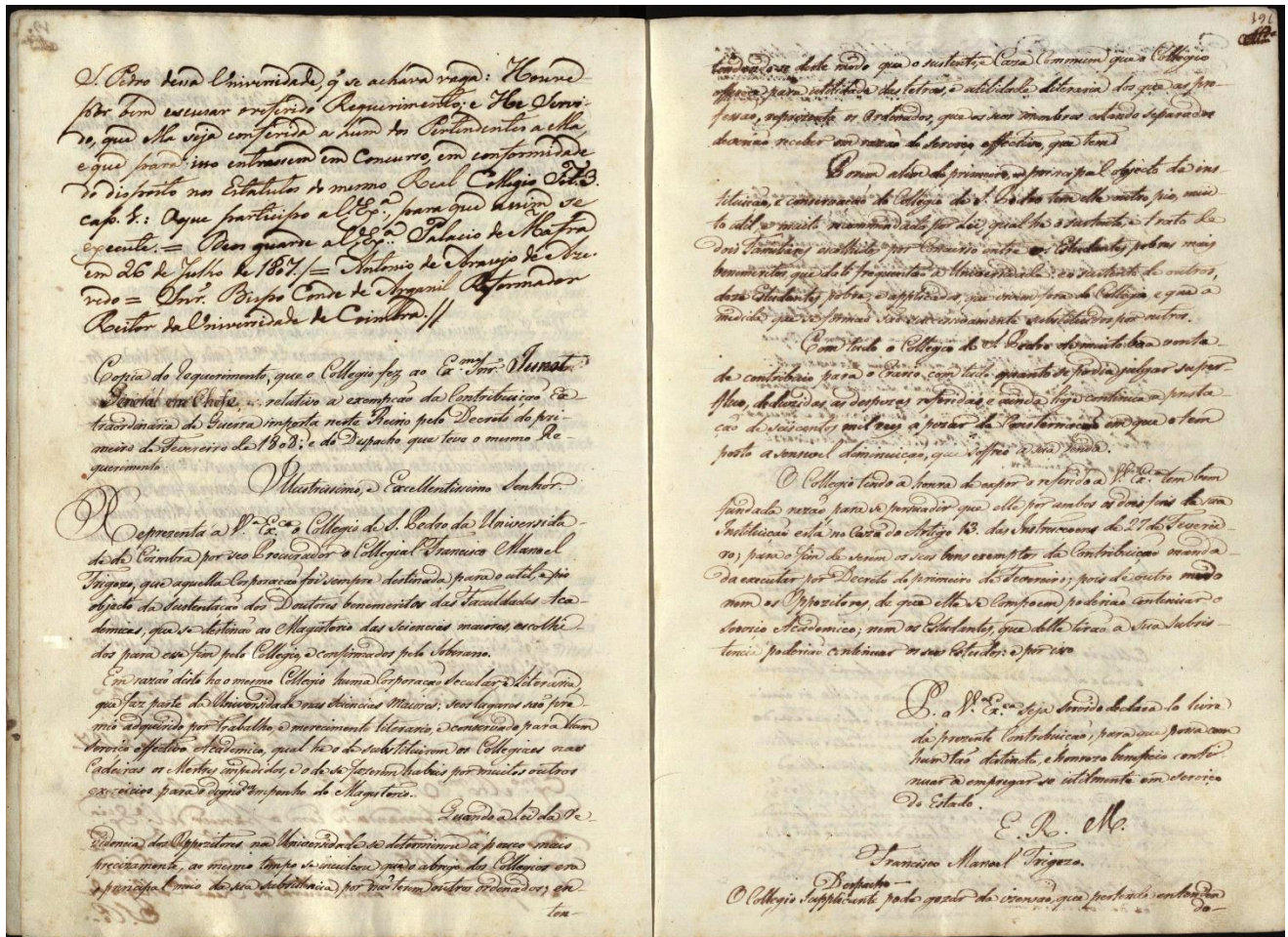


DOCUMENTO DO MÊS – MARÇO



1808, março, 7, Coimbra – Registo do requerimento feito pelo doutor Francisco Manuel Trigoso, procurador do Colégio Real de S. Pedro, dirigido ao General Junot.

PT/AUC/ELU/UC – Colégio Real de S. Pedro (SF); Registo de Capelas do Colégio, t. 6 (1737-1826), fls. 190v-191v – cota AUC-IV-1.ªE-7-5-6

No Decreto de 1 de fevereiro de 1808, do General Junot, determinava-se o lançamento de uma contribuição extraordinária de guerra, de 40 milhões de cruzados sobre todo o país, de acordo com o Art. I do mesmo diploma. Os restantes artigos desse documento estipulavam quem faria esse pagamento e de que forma o mesmo era recebido.<sup>1</sup> É,

<sup>1</sup> Sobre esta contribuição extraordinária de Guerra, e utilizando um acervo documental do Arquivo Municipal de Coimbra, consulte-se o trabalho de ANDRADE, Carlos Santarém de – «A contribuição extraordinária de guerra no termo de Coimbra, em 1808». *Arquivo Coimbrão*, vol. 31-32 (1990), p. 111-257.

precisamente, como reação a este Decreto que foi redigido o requerimento do Real Colégio de São Pedro, solicitando que a instituição ficasse isenta do pagamento da referida contribuição extraordinária de guerra.

Não se encontrando datado, foi atribuída ao requerimento a data do despacho, concedido em Lisboa, por Junot, no qual se diz: “*O Collegio supplicante pode gozar da isenção que pretende [...]*” atendendo à sua instituição e aplicação das suas rendas “*destinadas a pública educação e literatura*”.<sup>2</sup>

O requerimento foi feito pelo procurador do Colégio, o doutor Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (apesar de não ser este nome completo que utiliza) membro colegial que era, já então, professor na Faculdade de Cânones, onde ingressara depois do seu doutoramento em 1799. Entre as alegações para o Colégio ser isento do imposto de Guerra refere: “*hé o mesmo Collegio huma corporação secular e literária que faz parte da Universidade nas sciencias maiores [...]*”. Era, de facto, um colégio universitário secular que se intitulava *Colégio Pontifício e Real*, tendo sido fundado em 1545 pelo canonista doutor Rui Lopes de Carvalho e que se destinava, inicialmente, a 12 clérigos pobres que estudassem na Universidade, em Teologia ou Cânones. Viria a ser extinto por Decreto de 16 de julho de 1834 e o seu edifício foi entregue à Universidade por Portaria de 27 de outubro de 1836.<sup>3</sup>

O acervo documental produzido durante o seu período e vida, de 1545 a 1834, encontra-se, maioritariamente, no Arquivo da Universidade e a sua rica biblioteca foi integrada na Faculdade de Letras, por ocasião da sua fundação em 1911, encontrando-se hoje na Biblioteca Geral da Universidade, na sua primitiva estanteria.

Não sofreu a delapidação de que foram vítimas alguns edifícios e bens da Universidade, por ocasião da invasão francesa da cidade.<sup>4</sup> Deve referir-se o contributo, na defesa da cidade, do corpo militar de voluntários académicos que desde logo se formou.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Registado no mesmo volume onde se encontra o requerimento agora divulgado.

<sup>3</sup> Consulte-se uma breve história da instituição em Vasconcelos, António de - *Escritos Vários*. Coimbra: AUC, 1987, vol. 1, p. 198-207.

<sup>4</sup> Sobre estes acontecimentos leia-se a obra de Brandão, Mário – *Um documento acerca dos prejuízos causados à Universidade pela Terceira Invasão Francesa*. Coimbra, 1938.

<sup>5</sup> Os livros com o registo de alistamento militar neste *Corpo de Voluntários Académicos* encontram-se no Arquivo da Universidade - cota AUC-IV-1.ªE- 1-1-2 a 7. Leia-se, sobre a atividade deste corpo militar, a obra de Martins, Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes – *Coimbra e a Guerra Peninsular*. Coimbra, Tipografia da Atlântida, 1944, 2 vols.